

Ainda sobre a Mesa Redonda de Santiago: considerações sobre o conceito de território e suas reverberações

Still on the Santiago Round Table: considerations on the concept of territory and its reverberations

Ozias de Jesus Soares*

Zita Rosane Possamai**

Resumo: O artigo se inscreve num movimento de comemoração do cinquentenário da Mesa Redonda de Santiago do Chile, para tecer considerações em torno dos usos e acepções, presença e ausência do debate sobre território e museus instaurado desde então. As reflexões são orientadas para compreender e problematizar de que modo eram, e são, mobilizados termos relacionados à comunidade, lugar, área, território e seus parentes semânticos e nocionais. O exercício é conduzido a partir de uma mirada na Declaração de Santiago do Chile, de 1972, em diálogo com a literatura que se seguiu e continua a inspirar práticas e ideias no campo museal. Argumenta que a abordagem territorial se apresentava incipiente naquele contexto histórico e que, em décadas recentes, o conjunto nocional que orbita a categoria território se impõe como categoria analítica importante para as ações museais. Em vista disso, defende o necessário esforço do diálogo com a literatura territorial – essencialmente multidisciplinar – com o fito de instrumentalizar as práticas no campo museal e alimentar novas sistematizações teóricas.

Palavras-chave: Museologia; território; Mesa Redonda de Santiago do Chile.

Abstract: The article is part of a movement to commemorate the fiftieth anniversary of the Roundtable of Santiago de Chile, to make considerations around the uses and meanings, presence and absence of the debate on territory and museums established since then. The reflections are oriented towards understanding and problematizing how terms related to community, place, area, territory and their semantic and notional relatives were, and are, mobilized. The exercise is conducted by looking at the Declaration of Santiago de Chile, from 1972, in dialogue with the literature that followed and continues to inspire practices and ideas in the museum field. It argues that the territorial approach was incipient in that historical context and that, in recent decades, the notional set that orbits the territory category has emerged as an important analytical category for museum actions. Due to this, it defends the necessary effort of dialogue with territorial literature – essentially multidisciplinary – with the aim of instrumentalizing practices in the museum field and continuing to feed new theoretical systematizations.

Key-words: Museology; museums; territory; Roundtable of Santiago de Chile.

1. Introdução

Transcorrido meio século desde o evento ocorrido em 1972, a Mesa Redonda de Santiago do Chile continua a reverberar seus debates, ampliar fronteiras do conhecimento, rever posições e postulados práticos e conceituais e, sobretudo, a realimentar utopias. Sobejam possibilidades de ler, interpretar e colocar em suspenso o ocorrido e seus horizontes. Olhar para o episódio com as lentes atuais impõe a

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador em Saúde Pública na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Atua no Serviço de Educação do Museu da Vida Fiocruz. Docente na Especialização em Divulgação e Popularização da Ciência, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. E-mail: ozias.soares@fiocruz.br.

** Doutora em História, Docente Associada dos Programas de pós-graduação em Educação e do Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: zitapossamai@gmail.com.

necessidade de devidos cuidados com os riscos decorrentes de eventuais anacronismos, ao mesmo tempo que novas perspectivas ditadas por questões atuais têm o potencial de amplificar o conhecimento sobre o vivido e suas reverberações nas ideias e práticas museológicas contemporâneas. Não raro, entende-se que o distanciamento no tempo pode contribuir para situar fenômenos dentro de um prisma em que se é possível decupar matizes outras de modos mais evidentes.

A comemoração de cinco décadas da realização da Mesa mobilizou pessoas e instituições que se debruçaram a pensar os efeitos teóricos e práticos daquele evento. O periódico *Icofom Study Series*, do *International Council of Museum* (ICOM), dedicou o volume 5º, 1ª edição, a leituras da Mesa Redonda de Santiago do Chile, 50 anos depois (ICOFOM, 2022), na qual se destaca, entre outros aspectos, o itinerário da museóloga chilena Grete Mostny (CARRASCO, 2022) e sua relevância para criar as condições e articulações necessárias para realizar o evento com apoio de Unesco e ICOM. Ainda no âmbito do ICOM, a revista *Museum International* destinou uma sessão especial sobre o episódio, cujos artigos enfatizaram uma perspectiva contemporânea de decolonização dos museus, bem como as reverberações da Mesa de Santiago em práticas recentes (SOARES; CHAGAS; MELLADO GONZÁLEZ; WEIL, 2022). Em semelhante direção, Luciana Heymann (2023) organizou uma obra em que quinze autores, distribuídos em dez capítulos, abordaram o cinquentenário da Mesa Redonda sob variadas perspectivas e dimensões que perpassam os museus. O presente texto, dentre caminhos possíveis para se tratar a temática, inscreve-se como uma mirada que pretende voltar seu foco para a abordagem territorial presente nos documentos da Mesa Redonda de Santiago do Chile. A proposta é um transitar por caminhos e brechas de documentos daquele evento para identificar usos e acepções de um campo nocional situado na confluência dos debates da geografia, ciências sociais e museologia, com especial destaque para os termos que orbitam a categoria território. O interesse é compreender e problematizar de que modo eram mobilizados termos relacionados à comunidade, lugar, área, território e seus parentes semânticos e nocionais. Com esta disposição, o artigo renova reflexões em torno da necessidade atual (e passada) de que os conceitos e noções sejam acionados para a defesa de ideias, estratégias e projetos de modo inequívoco e fundamentado. Adverte-se o leitor que tal orientação nas reflexões não é o mesmo que pretender cristalizar termos, como que querendo afastar a riqueza advinda da própria dinâmica histórica dos termos, enunciados e discursos.

Embrenhar-se no campo dos estudos terminológicos e conceituais é, de longe, tarefa desafiadora. Mergulhar no léxico de um determinado campo representa, entre outras possibilidades, a compreensão de sua gênese, estrutura e transformações. Perfilar os limites, o escopo, as interfaces e especificidades de uma área do conhecimento tem o potencial de contribuir para delimitar (não engessar) seu objeto e sua relação com os demais campos do saber. Sabe-se que um determinado campo se consolida pela sua linguagem específica, pelo seu universo vocabular, tomados como instrumentos e ferramentas conceituais com que operam a interpretação e constituição de dada realidade (CERÁVOLO, 2009). Não se intenciona incursionar nessas reflexões por este caminho investigativo; todavia, as ponderações, de algum modo, tangenciam esta seara.

O exercício reflexivo realizado nas linhas que se seguem é orientado por uma abordagem qualitativa e compreensiva dos fenômenos, a partir de uma pesquisa que se debruçou sobre um conjunto bibliográfico que versa sobre a Mesa Redonda de Santiago do Chile e, de partida, considerado como uma plataforma para a emergência de novas reflexões. Trata-se, nesse sentido, de ponderações advindas de uma certa leitura compartilhada do que se passou à realidade.

A primeira seção do artigo retoma, em linhas gerais, as características e o contexto do evento conhecido como Mesa Redonda de Santiago do Chile, como forma de reiterar dados disponíveis em uma robusta bibliografia sobre aquele marco no campo dos museus e da Museologia do que trazer propriamente novas leituras. Trata-se de registrar o pano de fundo para as reflexões pretendidas no artigo.

A seção seguinte procura mapear quantas vezes e em que momentos o termo “território” e seus parentes nocionais emergem no relatório final da Mesa. Nesta seção, procura-se anunciar de que modo a literatura sobre território vinha sendo construída nos anos 1960 e 1970, contexto temporal em que ocorre o evento.

Na terceira seção cabe apresentar algumas produções que reverberaram os conceitos emanados da Mesa no que respeita o debate territorial. No contexto brasileiro em especial, nota-se que, simultaneamente à Mesa, o país era afetado por intensos movimentos migratórios que emolduraram uma pluralidade de territórios e territorialidades que, conforme entendemos, contribuirá para um efervescente debate em torno de uma Museologia e museus de base comunitária.

Na quarta seção do texto, são apresentados os resultados e discussão com base na leitura do relatório da Mesa Redonda de Santiago do Chile para, à luz da

literatura, identificar possíveis filiações nocionais e conceituais do uso de território e de que modo se caminha no exercício museal contemporâneo ao acionar e operar nossas categorias teóricas.

2. A Mesa Redonda de Santiago do Chile: contextos e conteúdos

Mesa Redonda de Santiago do Chile, assim ficou conhecida a reunião organizada pela Divisão de Museus da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no ano de 1972, evento que intencionava trazer para o centro do debate o “desenvolvimento e a importância dos museus no mundo moderno”. A Mesa achava-se no contexto de outros fóruns de debates sobre o papel dos museus nas várias dimensões constitutivas do tecido social que se acumulavam desde a criação do ICOM (*Internacional Council of Museums*) em 1946. No ano de 1952 ocorrera o Seminário Internacional da UNESCO em que o foco era a relação museu e educação, evento realizado na cidade de Nova York, EUA; em 1954, outro seminário internacional, realizado em Atenas, Grécia, permaneceria abordando o tema do seminário anterior; no Rio de Janeiro, em 1958, é realizado o II Seminário Regional da UNESCO, abordando o tema da função educativa dos museus.

Todavia, a eclosão de um conjunto de debates no campo museológico não ocorre à margem de outros processos decisórios e históricos mais amplos ora em andamento. O mundo está diante de um soerguimento após a tragédia humanitária deixada pela Segunda Guerra Mundial; a espoliação e expatriação de bens patrimoniais e artísticos de diversas naturezas é documentada desde o período que antecede a hecatombe e em seu decorrer. O capitalismo alcançou nas três décadas subsequentes ao pós-guerra o que Hobsbawm (1995) denominara como sua “Era de Ouro”: crescimento demográfico e expansão urbana, intenso êxodo rural em países pobres, novas tecnologias impulsionando a produtividade agrícola e industrial, produção em massa, era do automóvel, altas taxas de crescimento econômico, baixo nível de desemprego nos países centrais e controle da inflação são aspectos demarcadores daquele momento. Nesse sentido, no início dos anos 1960 ocorrem tratativas para o traçado de planos de desenvolvimentos nacionais nos países da América Latina. Expressão maior desta iniciativa foi representada pela Carta de Punta del Este, de 1961, quando os Estados Unidos formalizaram a “Aliança para o Progresso”, com o objetivo de traçar metas de desenvolvimento econômico e social no contexto latino-americano. Um dos gestores encarregado dos fundos a serem utilizados nesta Aliança foi a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

Internacional (USAID). No mesmo contexto, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), ligado às Nações Unidas, cumpriria um papel intelectual neste processo. A cidade de Santiago do Chile é o escritório-sede da CEPAL.

Do ponto de vista da doutrina econômica no bloco capitalista, no período da Mesa Redonda, estávamos sob a égide do keynesianismo, uma espécie de reforma do capitalismo, ou uma revisão da teoria liberal, como uma solução de contenção de suas crises cíclicas. John Keynes, seu idealizador, defendia que o Estado deveria atuar na garantia de políticas sociais de modo a garantir o bem-estar universal e qualidade de vida de seus cidadãos, ao mesmo tempo em que regularia a economia, organizando um sistema tributário que o sustentasse.

Em conjunção com este momento pós-guerra, orientado pelo desenvolvimentismo, outra teoria surge com força interpretativa para pensar o possível caminho da superação do “atraso”. Tratava-se da Teoria do Capital Humano, surgida a partir dos estudos de Theodore W. Schultz (1973), à época professor da Universidade de Chicago (FRIGOTTO, 2006). Para Schultz, o investimento na formação melhoraria a produtividade dos trabalhadores e, em consequência, alavancaria o crescimento de um Estado. Em conformidade com a crítica de Frigotto, há na teoria uma busca por “explicar o fenômeno da desigualdade entre as nações e entre indivíduos ou grupos sociais, sem desvendar os fundamentos reais que produzem esta desigualdade” (FRIGOTTO, 2009, s/p.). Um pano de fundo que traçará contornos evidentes sobre o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos é um período seguinte à Segunda Guerra, conhecido como “Guerra Fria”: duas potências mundiais – Estados Unidos e União Soviética – disputando uma corrida pelo controle do espaço e o incremento de seu poderio bélico

O contexto da guerra fria contribuiu não apenas para o superlativo desenvolvimento industrial, como influenciaria as políticas de educação, cultura, ciência e tecnologia dos países da hegemonia do capital e sua periferia (BONATTO, 2012). Atravessado por um novo *ethos* societário, em que a competição é, ao mesmo tempo, meio e fim,

com a intensificação da força de trabalho, o domínio do conhecimento científico passa a ser necessário a uma parcela maior da força de trabalho, não apenas aquelas ligadas às funções especializadas, mas também às funções tanto de gerenciamento quanto de oficinas (BONATTO, 2012, p.105).

Não fortuitamente, o Brasil dos anos 1950 incorpora fortemente a ideia de desenvolvimento acelerado, alterando o cenário territorial com elevadas ondas migratórias e desordenado crescimento urbano das grandes capitais. Aliado a isto, agências intelectuais deste período lançam mão de estratégias de aceleração da formação básica da força de trabalho, com especial destaque para a alfabetização de adultos.

Os museus não ficam de fora deste debate. Faria (2014) apresenta um panorama do contexto museal brasileiro em 1958, momento em que se defendia que os museus deveriam ser vistos como aliados e complementares à educação escolar. Em diálogo com Trigueiros (1958), Faria (2014, p. 61) aponta que naquele contexto era bem-vinda a criação de museus escolares e museus pedagógicos. No primeiro caso, o público-alvo são “as crianças e o enfoque do acervo voltado para a assistência nas disciplinas cursadas, possibilitando aos professores outras abordagens de ensino” (FARIA, 2014, p.61) e no segundo, os professores seriam o público e as coleções do museu seriam “compostas por materiais que representam o cotidiano escolar e a evolução dos métodos de ensino” (FARIA, 2014, p. 61).

Visto sob as lentes de uma complexa trama de relações e determinações que amalgamam determinado contexto sócio-histórico, a Mesa Redonda de Santiago do Chile pode ser estudada a partir de diversos ângulos e matizes. Importa dizer que, diante de um contexto macro em que um dado modelo societário insiste em se impor, as estratégias dos financiadores de políticas públicas não devem ser ignoradas. As Nações Unidas, seus órgãos e colaboradores acham-se imbuídos de uma perspectiva em que, naquele momento, cumpria defender interesses hegemônicos. Não é demasiado apontar que as agências de cultura, patrimônio e educação não escapariam a essa pressão. A perspectiva keynesiana, as teorias desenvolvimentistas, os fundamentos da teoria do capital humano, a noção de educação permanente, entre outras, compunha um caldo que orientaria as ações em diversas instituições, numa direção de domesticação das mazelas do modo de produção vigente.

Todavia, dentro desta leitura, necessário é perceber as entrelinhas sociais para identificar a existência de tensões e conflitos que ensejam permanências e rupturas. Luciana Cruz e Souza (2020) analisa a Mesa de Santiago a partir de uma rubrica da ambiguidade: numa vertente, os museus se põem enquanto colaboradores de uma determinada concepção de progresso, em especial através dos museus de ciências, e, numa outra direção, são colocados como “lugar de resistência aos problemas gerados pelo desenvolvimentismo - por meio do modelo de Museu Integral” (p.65). Em

semelhante entendimento, Lima (2014) citando Van Mensch (2004) discute que, em meio à ampliação dos discursos de valorização dos museus, a sua identidade institucional está comumente associada a propósitos desenvolvimentistas (LIMA, 2014, p.87).

Scheiner (2012) alerta para o fato de que profissionais do campo museal acabam mitificando a Carta de Santiago, devendo, para a autora, de outro lado, reconhecer a existência de um lastro de eventos e produções que pavimentaram o terreno que contribuiu para a elaboração do documento. Embora a Mesa tenha o mérito de dar centralidade aos principais problemas que assolavam a realidade latino-americana, Scheiner (2012) destaca que os germes de uma concepção alargada de museus já vinham se consubstanciando em décadas anteriores. Nesta direção, já estava em andamento a defesa de um museu com vocação regional e local, que ampliasse suas estratégias de participação dos diversos segmentos do público. A autora menciona que no ano anterior à Santiago, a 9ª Conferência Geral de Museus, realizada em Grenoble, França, definira que “cada museu deve aceitar que seu dever junto à sociedade envolve ações especificamente desenvolvidas para servir ao ambiente social específico dentro do qual opera” (ICOM, 1971, *apud* SCHEINER, 2012, p.20).

Varine (1995) falando sobre a participação de Jorge Henrique Hardoy, um urbanista participante da Mesa de Santiago, anuncia que nos dois dias de sua fala, o grupo de 12 profissionais da museologia representantes da América Latina, “tomaram consciência de que não conheciam as cidades onde habitavam, onde trabalhavam, onde haviam educado seus filhos” (p.18). Para Varine, aqueles representantes dos maiores museus da América Latina

havam ficado /.../ à margem da realidade da explosão urbana que havia ocorrido durante as duas últimas décadas. Eles eram incapazes de se projetar no futuro para imaginar o que iria se passar, e que necessidades culturais e sociais teriam as imensas e geralmente muito pobres populações (VARINE, 1995, p.18).

Desse modo, se o fermento para uma nova concepção de museu e museologia estava colocado nas décadas anteriores à Mesa, em especial nos países da Europa e América do Norte, parece evidente que tal apropriação ainda precisava se consolidar na América Latina.

A mudança no rumo passaria, portanto, pelo processo de reconhecimento de uma estrutura e conjuntura já desigual e que, de acordo com o cálculo de Hardoy, se

aprofundaria nas próximas décadas. Neste contexto, os museus não poderiam continuar como figurantes em uma realidade produtora e reprodutora de iniquidades. Essa mirada para problemas contemporâneos, tais como a agricultura, o meio ambiente, a ciência e a educação permanente, indicou um caráter experimental da reunião que após nove encontros realizados pelo Conselho Internacional de Museus, pela primeira vez, reuniu um urbanista e outros profissionais alheios ao mundo dos museus (CARRASCO, 2022).

Varine, pouco mais de duas décadas após a Mesa, fazia uma avaliação que “os textos de Santiago/.../ evidentemente, envelheceram, tanto na forma quanto no conteúdo” (1995, p.18), mas que era possível ainda reencontrar seu “sentido verdadeiramente inovador, senão revolucionário” (*ibid.*, p.18). No pensamento do autor, a ideia de museu integral, que levasse em conta a totalidade dos problemas de dada sociedade, e o museu enquanto instrumento de mudança social eram e continuavam sendo elementos inovadores evocados pela Mesa. O evento definiu quatro temas centrais de debates e que entendiam serem os eixos por onde as transformações em sua forma e conteúdo deveriam trilhar: “1. Os museus e o desenvolvimento cultural em áreas rurais e o desenvolvimento agrícola; 2. Os museus e o desenvolvimento científico e tecnológico; 3. Os museus e os problemas sociais e culturais; 4. Os museus e a educação permanente”. (IBRAM, 2012a, p.109).

3. O território e sua (não)presença na Mesa Redonda de Santiago do Chile

Os temas centrais tratados na Mesa de Santiago apontavam para a já consolidada crítica aos museus tradicionais que, à época, estariam confortavelmente erigidos em suas “torres de marfim” e permaneciam dissociados de uma pulsante e dilemática vida ao seu redor. Pensar as dimensões do desenvolvimento naquele momento em ligação com os problemas sociais e culturais a serem enfrentados colocava os museus – notadamente, a maioria existente – numa posição alvo de questionamentos. Os debates no evento culminaram na proposição de um “museu integral” ou “museu integrado”, isto é um museu que tomasse a sociedade, com suas dinâmicas e conflitos, como o motor de sua existência e funções. O museu, nesta acepção, sairia de sua torre para imbricar-se e implicar-se com o seu meio. Neste sentido, a histórica tríade composta por um edifício, uma coleção e um público passaria, na crítica emanada a partir da Mesa e do conceito de museu integral, para um outro patamar que implodiria aquela tradição.

Fundamentalmente, a participação comunitária desloca o eixo de uma ação museal organizada para um público visitante e contemplativo. Os problemas e demandas de uma dada população eclodem com força integrante para se pensar o modo como o museu passaria, nesta tomada de posição, a se comunicar. As coleções, na dimensão participativa e comunitária, amplificariam seu escopo para incorporar materialidades e imaterialidades outrora negadas pelos cânones museológicos. A nova tríade, portanto, como uma elaboração posterior à Mesa, mas dela tributária, dar-se-ia a partir de (1) um território, (2) um patrimônio coletivo e (3) uma comunidade ou população. Emergiria deste novo momento uma museologia e um museu sob novas bases, trazendo novos conflitos, demandando novas reflexões e produzindo novos arcaouços teóricos. A reverberação daqueles debates ocorreu no nível das práticas, como ainda no universo vocabular, que implica, seguramente, em expressões de disputas. Doze anos após a Mesa de Santiago, Hugues de Varine refletirá sobre certo abandono do termo “museu integral”, lamentando que “o vocábulo ‘ecomuseu’, nascido em outras circunstâncias e com outros objetivos, tenha substituído o de museu integral, como que em um retorno ao eurocentrismo” (VARINE, 1984, *apud* IBRAM, 2012b, p.142)¹.

Não caberá nestas linhas esboçar qualquer arqueologia, ainda a ser feita, da adoção e emergência de um termo em detrimento a outro, mas apenas registrar que determinadas práticas foram consideradas tributárias das orientações de Santiago, a exemplo do projeto *Casa del Museo*, implementado por Mario Vásquez, Miriam Arroyo, Guillermo Bonfil, entre outros profissionais mexicanos, que tentaram criar uma experiência piloto a partir do Museu Nacional de Antropologia de cidade de México e levar o museu para populações geograficamente mais distantes (PÉREZ CASTELLANOS, 2022). Assim como no México, os movimentos que sucederam a Mesa de 1972, possivelmente, encontraram maior eco e força em suas práticas emergentes e elaboração conceitual que tomaram o lugar daquilo que teria sido a gênese.

¹É difundido o episódio em que o termo “ecomuseu” veio a existir. Conforme relata Brulon (2015), o termo surge em uma conversa em Paris em que estavam reunidos Hugues de Varine, Georges Henri Rivière e Serge Antoine, conselheiro do ministro do Meio Ambiente da França, em 1971: “/.../ após experimentar diversas combinações silábicas entre as palavras “ecologia” e “museu”, Varine pronunciou “ecomuseu”, dando início à tarefa mais difícil que se seguiria: a de definir tal conceito em termos práticos. Com a utilização do neologismo na conferência de 1971 por Robert Poujade, então primeiro-ministro do Meio Ambiente na França, e o nascimento da Maison de l’Homme et de l’Industrie, no mesmo período, no Creusot, este novo tipo de museu viria a se tornar um protótipo (Desvallées 1992, p. 26). Rivière se consagraria como o principal pensador do termo nos anos seguintes, tendo como base, principalmente, esta experiência” (BRULON, 2015, p.280).

Ao que indica a leitura atenta dos documentos emanados da Mesa Redonda, não transparece uma preocupação propriamente terminológica quanto à deliberação por um “museu integral”. Aliás, os documentos possuem um caráter de congregar debates, de diagnósticos e de resoluções, mais do que um compêndio em que a precisão conceitual e teórica se estabelecessem em preponderância, como se verá adiante. Numa direção, poder-se-ia destacar que o espírito do evento e seus desdobramentos se sobrepunham a qualquer disputa no plano nocional ou terminológico; numa outra, todavia, advogar-se-iam que a ausência de parâmetros para o acionamento de conceitos e noções fragilizariam o Documento em sua precisão teórica e desdobramentos práticos. A revista *Museum*, publicada pela UNESCO, dedicou uma edição de 1973 para uma avaliação e compartilhamento da experiência da Mesa de Santiago. Igualmente, nela não se observa uma preocupação conceitual; antes, reitera debates ocorridos no ano anterior, colocando a importância e exigência de um museu conectado à realidade contemporânea em suas várias escalas (IBRAM, 2012b).

Meio século depois da Mesa de Santiago, os debates em torno de um léxico museal ainda alimentam disputas. Tremulam perante o campo um conjunto de termos que algumas vezes clamam por contornos conceituais menos gelatinosos. Todavia, ainda ancorado no evento de 1972, indícios de uma formulação mais pragmática e menos teórica pode ser destacada nos documentos do Chile. Face a isto, coloca-se em destaque o termo “território” – muito acionado no leque vocabular que se consubstanciou, em especial, a partir do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINON), fundado a partir do I Atelier Internacional – Ecomuseus/Nova Museologia, ocorrido em Quebec (Canadá), em 1984. Por seu turno, o MINON, explicita que suas vinculações ideológicas se ancoram na Declaração de Santiago do Chile.

Em todo o documento de Santiago, por sua vez, ocorre apenas uma única menção ao termo “território”, por ocasião de uma compilação da fala de Jorge E. Hardoy, arquiteto convidado como conferencista no evento:

*/.../ Esse padrão de desenvolvimento urbano periférico e vertical serve mal os interesses do país, uma vez que concentra a população, o investimento e os recursos humanos mais qualificados em uma *área restrita* que não coincide com o centro geográfico do país, enquanto o *território interior* continua a ser um enorme vazio despovoado, mal utilizado em alguns países e com potencial quase não realizado. Um exemplo recente - o cobre argentino. (HARDOY, 1972, *apud* IBRAM, 2012a, p.125, grifos acrescentados).*

Pelo excerto da fala de Hardoy, nota-se o acento de “território” associado à superfície geográfica (“área restrita”, na versão em português, ou “superfície reducida”, no original)². Observa-se que um conjunto vocabular significativo emerge em todo o texto de Santiago e que remete ao campo geográfico: lugar, paisagem, paisagem natural, cidade, país, região, área urbana, área rural, nível nacional e nível regional, interior. Todos esses expressam alguma ideia de escala e de porção física de um dado espaço, numa perspectiva areal³, ou ainda com uma determinada acepção de território, tal qual adotada naquele momento por autores da geografia física. Referiam-se por território ainda o espaço soberano de uma nação ou a alguma divisão político-administrativa. Junto a isso, o Documento lança mão de outro leque de termos, algumas vezes usados de modo intercambiável ou tomados como sinônimos: sociedade, comunidade, população. Havendo ainda variações qualificadoras para estes últimos: “comunidade em geral”, “comunidade de origem”, “comunidade rural”, “comunidade regional”; “sociedade latino-americana”, “sociedade moderna”, “sociedade contemporânea”, expressando escalas espaciais ou temporais, ou ainda espaciotemporais.

Nos debates apresentados pela Mesa nota-se a presença de termos que expressam recortes espaciais numa acepção zonal/areal, tais como “cidade”, “região”, “bairro”; e outras usadas para qualificar determinada área: periferia, periferia das cidades, ambiente/área rural, ambiente urbano. Mesmo na Revista Museum, publicada no ano seguinte à Mesa (1973) e dedicada a amplificar os debates do evento, o termo território emerge ainda estritamente associado a uma concepção areal. De outro lado, porém, sobejam enunciados que trazem a noção de “comunidade”, admitida com uma variedade de sentidos: ora a comunidade é entendida como parte de um espaço areal; ora é vista como sinônimo de periferia; e, ora é apresentada enquanto o conjunto de uma população de determinada fração da cidade, para ficar em alguns exemplos. Cabe retomar mais adiante outras reflexões sobre o tema comunidade.

Em elaborações posteriores à mesa, notadamente aquelas advindas com a Declaração de Quebec (1984) e de Caracas (1992), o conceito e debate de território

² No original, em espanhol, se lê: “Esta urbanización periférica y vertical sirve mal a los intereses de cada país al concentrar la población, la inversión y los recursos humanos mejor preparados en una superficie reducida y excéntrica del territorio de cada una de ellas, mientras el interior sigue siendo un enorme vacío poco habitado, mal explorado en algunos países y casi desconocido en sus potenciales. Caso reciente del cobre en Argentina”. (p. 18)

[3] Em entrevista concedida a Heloisa Barbuy, em 1993, a museóloga francesa Mathilde Bellaige, acrescenta ao tripé o elemento “tempo” como constituinte dos ecomuseus (BARBUY, 1993, p.211).

³ A perspectiva areal refere-se à ênfase dada ao modo de compreender o território como uma determinada “área” delimitada física ou político-administrativamente secundarizando outras dimensões constitutivas de dado território. Nesse sentido, ocorre no artigo outras expressões adjetivadas, tais como: “espaço areal”, “concepção areal”, “delimitação areal”.

continua ausente, sendo utilizada ainda a noção de comunidade, referindo-se à população e seus contornos particulares. Na Declaração de Caracas, 20 anos depois de Santiago, uma única menção sobre território emerge, todavia, também radicada numa acepção areal.

Uma guinada, todavia, passa a ocorrer em anos recentes. Em trabalhos e práticas das duas últimas décadas é pujante o uso do termo território e variações tais como “museu de território”, “território musealizado”, “musealização do território”, e outros exemplos neste orbital. Todos seriam emergentes de um tripé, popularizado por Hugues de Varine, em que passaria a assentar a Nova Museologia, em especial em sua expressão manifesta pelos ecomuseus, nos quais no lugar do edifício, emblema do museu tradicional, teríamos o “território”; para a coleção, agora coloca-se o patrimônio coletivo e, para o público, central no contexto dos museus tradicionais, os novos museus passariam a trabalhar com a população, ou, em alguns entendimentos, a comunidade (CHAGAS; PIRES, 2018, p.13). Parece acertado dizer que as experiências oriundas desse momento precedem a elaboração do quadro esquemático que apresenta um novo tripé⁴. Dito de outra forma, primeiro vieram as práticas e, em seguida, a sistematização mais conceitual.

Se parece evidente ter havido uma guinada nominal, popularizada pelo tripé território-patrimônio-população, espalhada em diferentes usos no léxico museal, não é tão notória uma apropriação conceitual e teórica radicada numa abordagem territorial diversa, persistindo, todavia, aquela acepção circunscrita a uma perspectiva areal/contígua. Ademais, flagrante é em alguns textos no campo museal um uso intercambiável de “comunidade” por “território”, ao mesmo tempo em que “comunidade” é apresentada como sinônimo de “população”. Se a geratriz, assim entendida, do “problema” é encontrada na desafiadora tarefa de precisar conceitos e noções como ferramentas de pensamento, elaboração teórica e prática, não menos verdade é reconhecer que os documentos fundantes da prática-teoria-prática de um novo museu, desde Santiago do Chile, passando por Quebec e Caracas, não indica oferecer um lugar nocional confortável. Ocorre que injusto, e, quiçá, anacrônico, é demandar que a Mesa de Santiago, em 1972, operasse com elaborações conceituais que estavam em seu nascedouro e embrionária difusão.

Resta, entretanto, admitir que o debate territorial estava em curso na década de 1970 e se adensaria nos anos seguintes. Uma acepção de território para além de

⁴Em entrevista concedida a Heloisa Barbuy, em 1993, a museóloga francesa Mathilde Bellaige, acrescenta ao tripé o elemento “tempo” como constituinte dos ecomuseus (BARBUY, 1993, p.211).

fronteiras dos Estados nacionais ou das divisões administrativas desse mesmo Estado, era, em certa medida, incipiente naquele momento. De passagem, com o fito de citar alguns exemplos, Jean Gottmann (1915-1994), no contexto europeu, já vinha discutindo as fronteiras do sentido de território, pensando em seu alargamento para incorporar uma rede de relações internas que sobre ele incidia (1975). Yi-Fu-Tuan (1930-2022), na mesma década, explorava e defendia diferenças essenciais entre espaço e lugar, sob uma perspectiva da experiência que modifica nossa percepção e memória vivida (1977), tradução que chegaria ao Brasil na década seguinte. Milton Santos (1926-2001), considerava que “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico” (SANTOS, 2011, p.139). Sua obra, embora difundida nos anos 1970, teria maior penetração no Brasil e no mundo nas décadas seguintes. Todavia, a menção ao conceito de território é vasta em seu trabalho.

No cenário norte-americano, os estudos sobre enclaves e segregação urbana têm seu florescer também na década de 1970, encorpando esta bibliografia nas décadas seguintes, em especial os estudos sobre guetos, conforme debate Wacquant (2004). No contexto francês, em 1980, Claude Raffestin publica a obra *Pour une géographie du pouvoir*, traduzido no Brasil apenas nos anos 1990 com o título homônimo “Por uma geografia do poder” (1993). Na obra, em diálogo com Lefebvre (1978), Raffestin aponta que o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.143-144). Saquet (2009) indica a forte presença de debates desde os anos 1960 no contexto europeu⁵.

Esse leque de exemplos contribui para demonstrar que no contexto temporal da Mesa de Santiago, estava em curso um conjunto de debates e elaborações conceituais que buscavam responder às indagações e inquietações geradas pela internacionalização da economia, acelerado crescimento das cidades, ebulição nas ondas migratórias e solapamento de territórios pela transnacionalização das corporações. Entretanto, vale reforçar que, no contexto da América Latina, tal bibliografia só seria conhecida nas duas décadas seguintes e, a operação com aqueles conceitos e categorias, mais tarde ainda. Um dos autores que é depositário de uma vasta obra em nosso meio é Rogério Haesbaert (1995, 2000, 2002, 2004, 2009).

⁵Saquet (2009) apresenta expoentes do debate territorial, passando por Milton Santos, David Harvey, Claude Raffestin, sem desprezar antecedentes na literatura desde os anos 1960, tais como Giuseppe Dematteis (1964, 1967 e 1969) e Massimo Quaini (1968, 1973, 1974, 1974a).

O geógrafo propõe uma leitura integrada, em que as dimensões política, econômica, simbólica e “natural” do território não estejam compartimentalizadas ou hierarquizadas, antes que seja “concebido a partir da imbricação de múltiplas relações do poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p.79).

4. Uma incursão na literatura: Nova Museologia e algumas acepções para território em estudos recentes

No campo museal, nota-se que, com a força política e institucional dos novos museus surgidos na esteira da chamada Nova Museologia, o território e suas derivações seriam acionados para responder a imbricada relação que as instituições são chamadas a estabelecer no efetivo cumprimento de sua função social. Todavia, sob esta categoria, numa mirada na produção museal mais recente, nota-se uma multiplicidade de sentidos atribuídos aos termos mais elementares nas produções acadêmicas que, ora pode ensejar uma riqueza de leituras da realidade, ou, em outra direção, é capaz de fragilizar contornos de autonomia de dado campo, dado o caráter fugidio e plurívoco de um léxico particular. Merece atenção, entretanto, que filiações teóricas de determinado campo vocabular podem conduzir a alguma polissemia, como é esperado. Alexandre Delargue (2000), por exemplo, aponta que uma dada “população” pode ser tomada como sinônimo de “comunidade” (Delargue, 2000, p. 141). Heloisa Barbuy (1995) caminha em semelhante direção ao conectar “populações” e “comunidades”, no seguinte fragmento: “Houve uma grande difusão do que seja a filosofia de base dos ecomuseus /.../. Uma filosofia guiada pelo sentido de dessacralização dos museus e, sobretudo, de socialização, de envolvimento das *populações* ou *comunidades* implicadas em seu raio de ação” (BARBUY, 1995, p.209. Grifo acrescentado). Chagas e Pires (2018) ao apresentarem o quadro esquemático tripartite e interdependente dos ecomuseus, de Hugues de Varine (território + patrimônio + população), parecem amplificar o sentido de população para “sociedade”, como se vê no trecho: “Nessa nova relação que se instaurava entre território, museus e *sociedade* (ou, segundo o quadro acima, ‘população’), é importante lembrar que o termo território exige um cuidado conceitual, visto que o estabelecimento e a defesa de territórios museológicos não têm valor em si” (Chagas; Pires, 2018, p.13, 14. Grifos acrescentados). Por sua vez, a obra *Conceitos-Chave de Museologia* (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013), apresenta uma distinção bastante adotada entre “sociedade” e “comunidade”: a primeira é definida como uma comunidade estruturada por

instituições e a segunda se “apresenta como um conjunto de pessoas vivendo em coletividade ou formando uma associação, compartilhando certo número de pontos comuns (linguagem, religião, costume) sem, portanto, se reunirem em torno de estruturas institucionais” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.89). Note, com os devidos limites impostos por um verbete, que a dimensão territorial propriamente não está presente em “comunidade” nesta última referência, antes, prepondera um forte acento em sua dimensão unicamente simbólica.

Entende-se, neste panorâmico *détour*, que reverberações terminológicas passaram a habitar o terreno vocabular-nocional desde a emergência de uma defesa por um museu e uma museologia mais implicada com a vida fora das paredes (físicas e, talvez, simbólicas) das instituições. Isso inaugura uma necessidade de buscar identificar, em uma fração exemplificadora em meio à literatura, certa persistência de um leque de usos e sentidos para a abordagem territorial. Em razão disso, vale o destaque para considerações tecidas a partir de um levantamento em uma base de dados.

Conforme exposto, tais debates encorajam o olhar para uma busca na bibliografia no campo museal que opera o debate sobre museus e territórios. Notório, de partida, é a existência de flagrante versatilidade terminológica, tal qual aludido. Face a isto, uma fotografia desse cenário orienta a elaboração de perguntas, e a consequente busca de respostas possíveis, se o campo estaria diante de: (1) certa polissemia dos termos e enunciados, ou de alguma (2) imprecisão ou ausência de esforço de conceituação, ou ainda (3) matrizes teóricas diversas utilizadas pelos autores, tendo em vista a inscrição dos museus e da museologia na confluência e diálogo de diversas áreas do saber. Uma pergunta matriz de aproximação diante das três indagações anteriores assim se descreve: como os diversos enunciados, presentes na literatura orientada por pressupostos filiados à Mesa de Santiago do Chile, trabalham com o campo nocional que relaciona museus e territórios?

Diante das abundantes possibilidades de abordagem, um caminho possível definido para essa incursão foi a realização de um levantamento em uma base de dados que congregasse parte da produção acadêmica disponível. Para este exercício, arbitrou-se por uma busca a artigos no Portal de Periódicos Capes, com um recorte temporal de duas décadas (2001-2021), por presumir que, nesse período, haveria uma farta produção oriunda tanto das experiências exitosas no campo da relação museus e territórios, como um avanço notável no que respeita às reflexões teóricas abrigadas sob a Nova Museologia. Ressalta-se que tanto as experiências empíricas quanto as

produções teóricas nessas rubricas são aqui entendidas como herdeiras dos movimentos capitaneados pela Declaração de Santiago e seguintes.

Nesse intuito, optou-se pelo campo “busca avançada” no Portal, com o objetivo de constituir as combinações e filtragens necessárias. Foram recuperados apenas artigos publicados em periódicos revisados por pares, preferencialmente em língua portuguesa⁶. Os termos de busca e suas combinações foram os seguintes: “Museu*” e “territori*”; “ecomuseu” e “territori*”; “museu comunitário” e “territori*”; “Sociomuseologia” e “territori*”; e “museu*” e “território”⁷. Na busca avançada, foi feita a opção pelos resultados localizados em “qualquer campo” do documento recuperado na base. O entendimento de partida é que esses termos abarcariam, senão toda, uma grande parte do que se buscava enquanto usos e acepções para os contornos do levantamento.

Com esses parâmetros emoldurados, a base recuperou, no mês de busca, um total de 373 documentos⁸. Desse total, foi feita a leitura das informações básicas (título, autores e resumo), culminando, ao cabo, que um grande número fosse descartado por não atender aos critérios do levantamento. A opção pelo filtro em “qualquer campo” na base é capaz de recuperar os termos de busca em diferentes partes do documento (referências, notas, agradecimentos, filiação institucional etc.), o que acarreta o trabalho adicional de olhar cada um deles mais detidamente e estabelecer um segundo corte delimitador. Após uma varredura nos documentos, chegou-se a um total de 16 textos relativos ao tema e objeto⁹. Isso foi possível após a leitura de todos os resumos, levando em consideração os seguintes critérios de elegibilidade: (1) textos que tivessem o museu como protagonista de ações ou que tangenciassem o debate sobre museus, patrimônio cultural, instituições culturais; (2) que apresentassem a população local do território em formas de interação com o museu (iniciativas comunitárias); e (3) artigos que apresentassem ações e reflexões de educação e comunicação dos museus em sua relação com o território.

⁶Notará o leitor que um dos artigos se encontra em inglês, porém, de autoria de uma pesquisadora brasileira; outro em francês, publicado em periódico nacional e que tangencia aspectos de nossa realidade; ainda um autor de nacionalidade Portuguesa encontra-se presente na seleção e que também aborda aspectos da realidade brasileira, fatos que ensejam a inclusão no corpus do levantamento. A busca foi realizada no mês de março de 2022.

⁷Alguns termos de busca acrescidos por um asterisco (*), ou “termos curingas”, tendo em vista que, colocados ao final da palavra podem recuperar documentos que contenham outros termos flexionados, correlatos ou derivados.

⁸O levantamento na base de dados foi realizado no mês de março de 2022.

⁹A relação dos documentos reunidos pelo levantamento, constante das referências, é a seguinte: Alcântara (2019), Barroso (2018), Cezário e Davel (2018), Cezário; Davel (2017), Costa (2020), Cury (2015), Desvallées (2015), Franco (2013), Jorente; Nakano (2013), Oliveira (2015), Pedrosa (2014), Sanches (2020), Santos; Davel (2018), Vasconcellos; Silva (2018), Videira; Vasconcelos (2021), Witkowski e Morigi (2019).

Em relação a uma primeira métrica encontrada, foram reunidas todas as referências bibliográficas utilizadas nos 16 artigos, que totalizaram 658 trabalhos utilizados no conjunto dos documentos recuperados e selecionados. Desse total, apenas 45 referências diziam respeito a autores que tratam da abordagem territorial, um dado considerado importante quando se propõe um diálogo conceitual com a literatura. Dos 16 artigos, 8 deles não trazem qualquer referência direta a autores que debatem o território em suas várias dimensões, embora tratando do tema em maior ou menor grau.

Diante disso, segue-se que o ponto central que interessa à compreensão deste debate é a construção de enunciados presentes nesse conjunto de documentos, capazes de revelar usos e acepções para a abordagem territorial. Ao deslocar o olhar para os múltiplos enunciados presentes nos artigos recuperados, foi possível reuni-los em 6 categorias, com uma sétima apontando para um uso eclético do território. Um primeiro grupo de enunciados refere-se ao (1) território como uma dimensão cultural e simbólica que constitui os lugares; o segundo o trata como um (2) espaço físico geográfico/areal, onde se desenvolve determinada comunidade/grupo; a terceira categoria reuniu enunciados em que (3) território refere-se a uma delimitação areal depauperada, deprimida, fragilizada na qual o Estado está ausente; a quarta acepção presente nos enunciados tomou o (4) território enquanto uma divisão administrativo-política (bairro, distrito); uma quinta acepção tomou o (5) território apenas como uma categoria teórica e possuidora de uma expressão material difusa; a sexta entende o (6) território tão somente como uma categoria fundante do ecomuseu, contudo, sem explicitar-lhe o sentido ou filiação teórica; e, a sétima, como apontado, reunia num mesmo texto um (7) uso variado e impreciso para território, que não possibilitou situá-lo nas categorias anteriores. O que transparece nos textos recuperados são usos e acepções de território com uma considerável variação semântica e filiações teóricas, estas últimas, estando explicitadas ou não.

Retomando o Documento da Mesa Redonda de Santiago do Chile que tomamos como base das análises neste texto (IBRAM, 2012a), movimento diverso e plural ocorre de modo semelhante em relação à noção de “comunidade”. Naquele contexto parecia fazer mais sentido, na América Latina, a expressão “comunidade”, possivelmente em relação a um uso corrente que se fazia diante de outros movimentos existentes. “Comunidade” ou “comunitário” são expressões que emergem no contexto de um mundo subsumido em velozes transformações de base industrial e tecnológica em que se punha em ameaça o equilíbrio comum e a ideia de identidade

de dada coletividade. Em termos da abordagem territorial, o risco da perda da territorialidade, ou a desterritorialização, colocava na ordem do dia um retorno à “comunidade”. Ao museu, portanto, era demandado não mais o enlevo a um patrimônio “universal”, “científico”, abstrato e seletivo, sem a devida aderência nas práticas e culturas locais. A “comunidade”, percebida numa escala identitária menor, seria o retorno do local frente à ameaça do global. Olhar para ela significaria atentar para a realidade sociais dos indivíduos e grupos, fortalecer uma determinada cultura e identidades em risco de se esvaírem para dar lugar a um discurso e conteúdos homogeneizantes.

5. Comunidade, território e outros termos nos documentos da Mesa Redonda de Santiago do Chile

A publicação do IBRAM (IBRAM, 2012a), tomada como fonte para o empreendimento analítico neste artigo, reúne um conjunto de textos organizativos da Mesa Redonda de Santiago, as falas das mesas, o relatório dos debatedores e as resoluções do evento¹⁰. O Documento da Mesa apresenta o papel da Unesco, propõe a criação de uma entidade latino-americana de museus, a integração dos museus com a educação escolar, a formação dos técnicos, a criação de museus comunitários (de pequeno e médio portes), a transformação nos processos de comunicação e de expografia dos museus, a presença de museus em áreas distantes dos grandes centros (chamadas, por vezes, de “áreas rurais”) e a possibilidade de exposições e de museus itinerantes. Tudo isso emoldurado pelos quatro grandes eixos de temas discutidos pelos debatedores durante o evento, já trazidos acima.

Um universo vocabular familiar à geografia e às ciências sociais era mobilizado durante todo o evento, convém reiterar, por se tratar de debates que envolviam uma fração significativa das Américas nas suas variadas dimensões. Face a isto, a escalaridade¹¹ na atuação do museu parece expressar uma espécie de soma de forças ou de partes (atuação na “comunidade”, num primeiro nível) para fazer frente aos desafios mais gerais e amplos (da “sociedade”, num nível macro), admitindo que culminaria num processo virtuoso de transformação social. Nas resoluções da Mesa é demandado aos museus que estabeleçam sistemas de avaliação que comprovem sua “eficácia junto à comunidade” (IBRAM, 2012a, p. 116), sempre com o fito de alcançar a

¹⁰Para considerações críticas sobre as ausências percebidas na relatoria da Mesa Redonda de Santiago do Chile, congregada neste documento do IBRAM (2012A), ver o capítulo “A Mesa-Redonda de Santiago do Chile 50 anos depois: um objeto de pesquisa acadêmica” (Souza, 2023), na coletânea organizada por Heymann (2023).

¹¹ Por escalaridade entende-se o modo como museus podem atuar em diferentes escalas, de uma ação local à dimensões mais amplas na esfera de suas atividades e alcance.

“região”, pensando num movimento gradual e crescente. Aos museus da cidade (“áreas urbanas”) fora recomendado que apresentassem, via exposições, as “desvantagens” da vida nos grandes centros, conforme se lê: “/.../(c). Que, com a ajuda dos grandes museus, sejam instalados museus ou exposições nos bairros das cidades ou nas áreas rurais para informar as populações locais das possibilidades e *desvantagens da vida nas cidades grandes;*” (IBRAM, 2012a, p. 117. Grifo acrescentado)¹². Certo tom de desencorajamento à vida nos centros urbanos perpassa o Documento. Em outra direção, a produção acadêmica crítica da época, em que pese a conjuntura política pouco favorável na América Latina sob ditaduras, ensaiava uma direção para a vida na cidade como uma plataforma para compreender o conjunto da sociedade e, num horizonte utópico, a transformação social (Lefebvre, 2008).

A categoria território, que ensejaria, em certa perspectiva, melhor instrumentalização do debate à Mesa, embora já discutida por autores fora da América Latina naquele momento, não desponta no Documento de Santiago. Todavia, com o devido cuidado e limites próprios a uma “arqueologia” dos termos, é possível perceber, de modo difuso, certa identidade territorial no interior da noção de “comunidade” acionada no texto da Mesa. Neste sentido, é abundante a presença do termo “comunidade” no Documento. Em 47 momentos ele surge, ora isoladamente, ou acompanhado de alguma adjetivação (como em “comunidades rurais”), ou ainda flexionado (“comunidades”), como a indicar uma pluralidade de formações comunitárias. O afloramento desse uso não é fortuito se considerarmos o contexto histórico do Pós-Guerra. Vale aqui o diálogo com as conclusões de Maria Luiza de Souza (1999), quando aponta que, no ao fim da Segunda Guerra Mundial, a ONU pautava sua atuação em contribuir para a sistematização e divulgação de estratégias estimuladoras de desenvolvimento em países da América Latina. Nesta linha, isso era posto “como medida para solucionar o complexo problema de integrar os esforços da população aos planos regionais e nacionais de desenvolvimentos econômico e social. Entre essas estratégias ou propostas de ajuda está o DC (Desenvolvimento de Comunidade) ” (Souza, 1999, p.42). A comunidade passa a ser vista como uma unidade básica de desenvolvimento.

Ao mirar o conjunto do Documento da Mesa, observa-se, entretanto, certa elasticidade emergente nos usos e acepções do termo “comunidade”. Ora há

¹²É possível notar, face às análises de conjuntura desenvolvidas pelos debatedores na Mesa, embora sob lentes críticas, que a cidade é lida, na América Latina, como o lugar do acúmulo de problemas e não como o efeito de determinado modelo de desenvolvimento. Mais uma vez, o leitor perceberá certo hiato entre a produção crítica circulante no período que orbitava o urbano e o tom da Mesa, com destaque para o debate de Henri Lefebvre sobre o “Direito à Cidade”, em obra publicada na França em 1968 (*Le Droit a la Ville*) e em 1969, no Brasil.

indicativos de que se está falando de uma dada população; em outro momento, nota-se que está se tratando de uma zona areal com características singulares (como em “comunidade rural”); de outro lado, percebemos que se estaria falando de grupos com marcada identidade socioterritorial (embora sem adotar este nome). De uma ou de outra forma, o termo parece encontrar solo fértil para seu uso naquele contexto. A comunidade se opunha à “sociedade” pelo seu caráter de aparente solidez em meio a um mundo que prenunciava se desintegrar em sua forma e conteúdo. As diferentes perspectivas tomadas para o termo “comunidade” é, conforme apresentam Lazzari, Mazzarino e Turatti (2017), baseando-se em Schmidt (2013), utilizada por “projetos conservadores como em revolucionários, democráticos e totalitários, de esquerda e de direita. Assim, abrange controversos pontos de vista e dissonantes discursos” (Lazzari, Mazzarino e Turatti, 2017, p. 4).

Num debate crítico, sem faltar um teor irônico, Bauman (2003) evoca elementos que estariam na base por um desejo de retorno e vida na “comunidade”. O autor discorre acerca das questões de um mundo em rápidas transformações que nos leva a buscar segurança em um passado ou futuro imaginado. A “comunidade” para ele, “é nos dias de hoje outro nome do paraíso perdido — mas a que esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá” (p.9). Marcadamente, “comunidade” admite sobreposições e contrastes semânticos sobre os quais não caberia bifurcação nesta oportunidade. Conforme anunciado, a Mesa de Santiago, a julgar pelos registros disponíveis, operou com uma plurivocidade para o termo, estando ausente uma preocupação propriamente relacionada à precisão conceitual ou indicação explícita de uma filiação teórica. Se tal horizonte demarcatório inexistia, evidentemente, numa análise atual, é factível identificar no Documento alguns núcleos de sentido para a noção de “comunidade”. Neste artigo, a partir da leitura do Documento, importa denominar quatro sentidos possíveis, apresentados no quadro a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 - Acepções para “Comunidade” na Mesa Redonda de Santiago do Chile		
Núcleo de sentido	Descrição	Enunciados exemplificativos
1. Área imediata ao museu	Comunidade refere-se a uma dimensão areal ¹³ de contornos sócio-identitários definidos que permite uma	“/.../ os museus em si, suas perspectivas para o futuro, sua integração ativa na <i>vida da comunidade</i> ” (IBRAM, 2012a, p.109. Grifo acrescentado) “/.../ o museu como <i>centro cultural da</i>

¹³ Vide nota 3.

	singularização.	<i>comunidade</i> ” (<i>ibid</i> , p. 110. Grifo acrescentado). “O museu /.../ é parte integrante, e que traz consigo os elementos que lhe permitem participar da formação da consciência <i>das comunidades que atende</i> ” (<i>ibid</i> , p.116. Grifo acrescentado).
2.Pessoas ou população de um lugar	Comunidade emerge como conjunto de pessoas que estabelecem relações variadas tendo em conta finalidades educativo-formativas.	“Recomenda-se que os museus intensifiquem seu papel de melhor agente de educação permanente da <i>comunidade em geral</i> usando todos os meios de comunicação disponíveis, mediante:/.../” (<i>ibid.</i> , p. 117. Grifo acrescentado). “/.../o desenvolvimento das capacidades intelectuais da criança deve começar muito cedo para que deficiências subseqüentes possam ser evitadas. <i>Os pais e a comunidade</i> devem ser orientados nesse sentido – eles devem aprender a ensinar” (<i>ibid.</i> , p.135. Grifo acrescentado).
3.Zonas rurais	Comunidade ocorre nos enunciados com contornos particulares radicado em uma dimensão areal marcada por uma tradição e economia rurais.	“Deve-se ter em mente que, atualmente, a <i>comunidade rural</i> é a menos servida por museu” (<i>ibid.</i> , p. 123. Grifo acrescentado). “/.../necessidade de que os museólogos busquem a orientação de especialistas em outros setores, nesse caso, funcionários da <i>área agrícola</i> , para que possam servir a <i>comunidade</i> de forma mais eficaz. ” (<i>ibid.</i> , p.124. Grifo acrescentado).
4.Região geográfica, de acepção areal, com associação a contornos geopolíticos.	Comunidade emerge numa dimensão escalar mais ampla, tomada enquanto um ente regional geopolítico. Incorpora ainda recursos naturais e ecossistemas da mesma região.	“Decide/.../ dotar a comunidade regional de melhores museus, concebidos à luz da soma de experiências dos países latino-americanos” (<i>ibid.</i> , p.140. Grifo acrescentado)
Fonte: elaboração dos autores, 2024.		

Nota-se ainda que a expressão “bairros da cidade ou nas áreas rurais” se destaca nas Resoluções da Mesa (*ibid.*, p.117). Nesse caso, o bairro não parece ser confundido com “comunidade”, antes surge como uma estrutura político-administrativa na qual poderia conter “comunidades”. No Guia de Preparação Individual da Mesa, emerge ainda a expressão “periferia das cidades” como se vê no trecho: “Estudo da possível influência dos museus: fora da cidade (museus itinerantes, trens museus, ônibus museus, exposições itinerantes); nas *periferias das cidades* (anexos, cooperação com escolas ou centros comunitários, museus ‘de bairro’)” (*ibid.*, p.110. Grifo acrescentado).

Não fica explícito no Documento de Santiago uma associação de museus urbanos, ou de cidade, ou “grandes museus” (*ibid.*, p.117) ao termo “comunidade”. De

outro lado, quando se refere a pequenos núcleos com marcadas singularidades, periferia das cidades ou áreas rurais, o termo “comunidade” aparece diretamente associado. Numa primeira interpretação possível, convém indagar se, para a Mesa, o urbano, ou a grande cidade, naquele momento, com sua expansão industrial e especulativa, seria o lugar da morte da “comunidade”. O que se observa no Documento é a presença do termo “comunidade” num arco de sentido que vai de uma escala micro a uma dimensão mais ampla, entretanto, sem que esteja relacionado à área urbana em sua totalidade e complexidade.

Sob determinada lente, é possível notar uma leitura de “comunidade”, em alguns trechos do Documento, em que dimensões não areais estejam presentes, mais próximas aos debates da abordagem territorial, embora não emergindo de forma explícita. Resta evidente, por razões a serem investigadas, a ausência de diálogo com a biblioteca que vinha sendo reunida desde os anos 1960, numa perspectiva crítica, e que incorporava advertências sobre a avalanche industrial e o fenômeno da intensificação da urbanização que solapariam modos de vida e formas de interação que fragilizariam antigos laços (ou ideias) comunitários ou identitários.

A elaboração conceitual para território e seus parentes derivados não é algo pacificado na literatura. Não é exagero indicar que o termo “território” estaria hoje no mesmo patamar de uso para o que, nas décadas anteriores, a “comunidade” se apresentava. Marcelo Lopes de Souza (2009) adverte que “o conceito de território tornou-se, no Brasil, uma coqueluche, com várias das características de um modismo” (Souza, 2009, p.58). Um uso indiscriminado e impreciso de “território”, portanto, não seria incomum encontrar no contexto museal. Em direção semelhante a Souza (*ibid.*), Haesbaert acautela que de um lugar de desprezo pelo território e espaço, passou-se a uma *spatial turn*, uma “virada espacial” ou um “giro territorial” (Haesbaert, 2009, p.95).

Em sua formulação, Haesbaert insere o território enquanto uma confluência de múltiplas relações de poder, seja numa dimensão econômica e política, como ainda simbólica e cultural. Neste caso, território “diz respeito ao poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”. (Haesbaert, 2007, p. 21). Em outra perspectiva, Saquet (2009), apresentando a produção de Claude Raffestin, indica que este autor classifica o território em quatro níveis ou situações distintas e complementares: a) território do cotidiano; b) das trocas; c) de referência e, d) território sagrado. O primeiro representa as ações diárias através das quais garantimos a satisfação das necessidades. O território das trocas amplia a

relação para o regional, o nacional e o internacional, caracterizando-se por rupturas no tempo, no espaço e na língua. O território de referências possui uma dimensão simbólica e imaginária, sendo ao mesmo tempo material e imaterial, atravessado de memória (individual e coletiva) e historicidade. O território sagrado envolve as ações e atuações das religiões e que consubstanciam materialidades e imaterialidades que imprimem relações de poder.

Os territórios podem ainda ser notabilizados pela sua capacidade de expressar territorialidades cíclicas ou móveis, alterados em ciclos temporais diversos, conforme aparece em Souza (2000). Nesta situação, os territórios manifestam relações sociais construídas e projetadas em determinados espaços concretos. Ao caminhar nesta direção, não se deve negligenciar a multidimensionalidade da constituição dos territórios. Nesse sentido, a circunstância e a ótica tomadas como pontos de observação e análise podem sublinhar mais um aspecto que outro. Entretanto, não significa que deixem de compor um feixe de determinações integrantes do território.

Outra possibilidade de olhar o território está presente em Fernandes (2009), defendendo uma classificação multiescalar. Numa primeira escala acham-se os espaços de governança (estados, municípios, e outras frações) que ele chama de primeiro território. Um segundo seriam as propriedades (propriedades privadas, familiares, comunitárias). E os espaços relacionais figurariam como o terceiro território (conflitualidades, interesses, contratos, disputas). Essas escalas estariam sobrepostas e indissociáveis, tais quais as formas material e imaterial presentes nos territórios. Fernandes vai entender ainda a existência de um quarto território perfilado pelo conjunto de ideias, intencionalidades e intelectualidade, que chamará de “território imaterial”. Segundo ele, “é impossível pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais e as pessoas e grupos que pensam os territórios” (FERNANDES, 2009, p. 212), incluindo aí não apenas o campo da ciência, como ainda a política.

6. Algumas considerações finais: para prosseguir o debate...

Territórios são compostos por uma dimensão areal, como ainda reticular (redes) em que se sobrepõem materialidades e imaterialidades, constituídos por camadas históricas e atravessados por relações de poder. Esses elementos conjugados, em maior ou menor grau, participam da construção conceitual sobre território presente na literatura especializada. Conforme levantamento da produção recente que relaciona museus e territórios no Portal de Periódicos Capes, há variadas

direções no campo dos usos e acepções para “território”. Por seu turno, a noção de “comunidade” é ativada no documento da Mesa de Santiago com filiações e acepções igualmente diferenciadas. Observamos ainda que na Declaração de Quebec (1984) não figura o conceito e debate sobre território, embora apresentado doze anos após a Carta de Santiago. Apenas de passagem o termo “comunidade” aparece em Quebec. Na Declaração de Caracas (1992), volta-se à valorização da noção de “comunidade”, abarcando, todavia, uma concepção mais unívoca, entendendo-a como uma dimensão areal e cultural de uma fração da população, com contornos identitários menos fugazes. Neste último documento surgem expressões como “comunidade na qual o museu desenvolve suas atividades”, “comunidade em que estão inseridos”, “desenvolvimento da comunidade”, “expressões materiais e espirituais de uma comunidade” e “comunidade a que pertence [o museu]”, entre outras integrantes deste arco de sentido.

A coletânea organizada por Heymann (2023), em comemoração ao cinquentenário da Mesa de 1972, caminha em semelhante direção de uma mescla de concepções e acepções para território, comunidade e seus parentes. Vale o registro de que não se trata de uma obra voltada para discussões conceituais ou terminológicas, mas um convite a reflexões emolduradas pelos princípios de Santiago do Chile. Na coletânea se faz presente uma intercambialidade entre termos, tomando-os enquanto sinônimos, ou uma acepção de território como suporte material para “comunidades”, em direção similar ao que encontramos no levantamento realizado no Portal Capes. Em um dos artigos da coletânea, todavia, o território em Milton Santos é apresentado, apontando um esforço de diálogo com autores da abordagem territorial (BONATTO; SOUZA, 2023, p. 218-219). De outro lado, é abundante em Heymann (*ibid.*) a menção à “comunidade”, como um ente com contornos identitários definidos material e culturalmente com a qual os museus mantêm relações¹⁴.

Se a “comunidade”, tal qual acentuadamente se apresenta em Santiago, dirige seu olhar para grupos segmentados no interior de uma dada região, ou em áreas rurais, ou grupos com marcada identidade socioterritorial em periferias das cidades, é possível reiterar que recaía na Mesa uma orientação desenvolvimentista já largamente difundida na literatura. “Comunidade”, nesta chave de entendimento, teria seu uso hipertrofiado numa perspectiva de reforma de um modelo societário produtor, desde sua gênese, das estruturais e estruturantes desigualdades sociais. A “comunidade” seria, pois, a “solução” para as questões sociais latentes, valorizada como unidade

¹⁴O termo “comunidade(s)” emerge na obra 102 vezes, com diferentes conotações e abrangência, enquanto território é apresentado 45 vezes, de igual modo com diversas acepções.

básica de desenvolvimento, apartada, em grande medida, dos condicionantes e determinações mais amplos que incidiam (e incidem) diretamente sobre a (re)produção das iniquidades.

No campo do arcabouço teórico e conceitual vicejante à época, nota-se que havia uma defesa a que os museus incorporassem outras disciplinas nas discussões que os organizam e consubstanciam suas práticas. Embora figurando hoje como um termo muito comum na literatura e práticas museais, o debate sobre a abordagem territorial esteve ausente nas três Declarações que emolduram a renovação dos museus na direção de maior atenção e integração com as demandas sociais e seus territórios.

De uma maneira um tanto difusa, a ideia da incidência de determinações globais sobre o local, constituição de identidades sociais, estabelecimento de um feixe de relações variadas entre lugares e sujeitos, estiveram presentes nos debates de Santiago. Em boa medida, vale reconhecer, tais elementos conformam o debate territorial. Cabe ainda o cuidado de não se exigir dos signatários do Chile um conjunto conceitual pouco circulante entre o campo museológico à época. Porém, se o feixe luminoso não se voltava para a produção sobre o debate territorial em formação nas décadas que ladeavam a Mesa Redonda, nas duas últimas décadas do século XX a extensa biblioteca à disposição forçosamente nos coloca o imperativo do diálogo com aquele debate. Ao se visitar a literatura no campo museal, o que transparece, todavia, é ainda pouco alentador.

Vale evidenciar que conceitos e noções são radicados no tempo e respondem a problemas localizados temporalmente. Alguns desses podem, de algum modo, ultrapassar limites do tempo e servir a propósitos situados em outros contextos temporais. O necessário esforço do diálogo com a literatura territorial que instrumentaliza as práticas no campo museal é condição para continuar qualificando essas mesmas práticas e alimentando novas sistematizações teóricas.

Neste rumo, o exercício teórico-conceitual é igualmente ação de transformação; caso contrário, se resvalaria para o escorregadio terreno de dicotomização teoria-prática. Como demonstrado, há no campo museal usos intercambiáveis de termos e, não raro, imprecisos, para se referir à dimensão material-imaterial, areal-reticular, em se que dão as ações humanas, permeadas por relações de poder e de simbolização. Comunidade e território são exemplos desses termos. Se há proximidade entre os dois, é igualmente indispensável compreender o que os singulariza. Sob pena de uma queda livre no anacronismo, não há que se demandar

um refinamento conceitual da Mesa e seus participantes, visto que inadiáveis debates considerados fora do escopo dos museus se apresentaram como novidades no evento.

Na atualidade, a renovação e incremento conceitual da abordagem territorial é bem-vinda e necessária ao campo museal. Todavia, vale aqui o alerta de Marcelo Lopes de Souza: o excessivo entusiasmo por um conceito tem a tendência a ser momentâneo e os malefícios que emergem são os mais variados. O principal malefício é explicado por três momentos: a embriaguez conceitual, a fadiga e a ressaca conceitual, tomados como uma “hipertrofia da capacidade explicativa do conceito” (SOUZA, 2009, p.58). Sem desprezar a riqueza advinda com a noção de comunidade para acionar forças coletivas, vale realçar não apenas ser possível, mas urgente, que os museus (das mais variadas tipologias) se apropriem da categoria território como força interpretativa e aglutinadora de sua inserção nas necessárias transformações demandadas por nosso tempo. Desse modo, os elementos mais basilares do conceito de território e seus debates pleiteiam para serem melhor acionados no campo museal em razão de uma maior precisão e ação política e educativa.

Referências

ALCÂNTARA, C. F. S. M. Museus em periferias urbanas brasileiras. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p.169-201, jan./abr. 2019.

BARBUY, H. Uma nova visão do passado: entrevista com a educadora e museóloga francesa, Mathilde Bellaigue. **Memória**, n. 19, p.74-77, 1993.

BARBUY, H. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 3, n. 1, p.209-230, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5323>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BARROSO, E. P. Patrimônio e Performance cultural: Experiência e Territorialidade na Conquista do Espaço. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p.151-180, dez. 2018.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

BONATTO, M. P. O. **A criação dos Centros Interativos de Ciência e Tecnologia e as políticas públicas no Brasil**: uma contribuição para o campo das ciências da vida e da saúde. 2012. 513 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

BRULON, B. A invenção do Ecomuseu: o caso do Ecomusée du Creusot Montceau-Les-Mines e a prática da museologia experimental. **MANA**, v.21, n.2, p.267-295, 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mana/a/6h57ScQ68skw5dZVV6fLBxQ/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRULON SOARES, B.; CHAGAS, M.; MELLADO GONZÁLEZ, L.; WEIL, K.. Towards the Integral (and Integrating) Museum: Over 50 Years of Practices and Reflections From the Global South. **Museum International**, v.74, n.3-4, p.24-35, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13500775.2022.2234189>. Acesso em: 11 jun 2024.

CARRASCO, Y. V. Un mundo en una gota de agua: el papael de Grete Mostny en la Mesa Redonda de Santiago de 1972. **ICOFOM Study Series**, v.50, n.1, p.139-158, 2022.

CERAVOLO, S. M. Tecendo interfaces teóricas e metodológicas por sobre o conceito museologia: o exercício de uma tese. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer M. **Museu e Museologia: Interfaces e Perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST Colloquia, no. 11, 2009. p.7-24.

CEZÁRIO, H. B. M.; DAVEL, E. A Mobilização Cultural na Gestão de Museus: A Força da Participação Comunitária e da Identidade Territorial. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 6, n.12, Jul./, p.2393-2422, Dez. de 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16334/14622>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CEZÁRIO, H. B. M.; DAVEL, E. A mobilização museológica técnica na gestão de museus comunitários: a força da participação comunitária e da identidade territorial. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v.13, n.32, p. 2393-2422, Maio/Agosto 2018. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/2362/1314>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CHAGAS, M. S.; PIRES, V. S. (orgs.). **Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

COSTA, E. M. Presença/ausência de museus na Amazônia marajoara. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n.3, p. 87-103, set.-dez., 2020.

CRUZ E SOUZA, L. C. A Mesa Redonda de Santiago do Chile e o Desenvolvimento da América Latina: O papel dos Museus de Ciências e do Museu Integral. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v.9, n.17, p.64-80, 2020. DOI: 10.26512/museologia.v9i17.30109. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/30109>. Acesso em: 14 dez. 2023.

CURY, M. X. Museu em conexões: Reflexões sobre uma proposta de exposição. **Ciência da Informação**, [S. l.], v.42, n.3, p. 471-484, 2015. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1375>. Acesso em: 8 dez. 2023.

DELARGE, A. Des écomusées, retour à la définition et évolution. André Desvallées (dir.), *L'écomusée: rêve ou réalité*. **Publics et Musées**, n°17-18, p.139-155, 2000.

DESVALÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.) **Conceitos-chave da Museologia**. Tradução e comentários Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DESVALLÉES, A. Museologia Nova ou o nascimento da “Nova Museologia”. **Anais do Museu Histórico Nacional: História, Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v. 47, p. 33-40, 2015.

FARIA, A. C. G. Educação em museus: Um mosaico da produção brasileira em 1958. **MOUSEION (UNILASALLE)**, v. 19, p. 43-52, 2014. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1867>. Acesso em 13 dez. 2023.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

FRANCO, M. I. M. The City Museum of São Paulo: A New Design for City Museums in the Era of the Megacit”. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 10, n. 1., 253-274, January to June 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1809-43412013000100013>. Acesso em 13 dez. 2023.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica social e capitalista. 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

FRIGOTTO, G. Capital humano. In: LIMA, J.; PEREIRA, I. B (Orgs.) **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2009. Disponível em <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, p. 29-47, 1975.

HAESBAERT, R. **“Gaúchos no Nordeste” Modernidade, Des-territorialização e Identidade**. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias; Gomes, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.165-205.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um Debate. **GEOgraphia**, n. 17, p.19-45, 2007.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 95-120.

HEYMANN, L. (Org.). **50 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972-2022)**: novos olhares sobre os museus. São Paulo: Hucitec, 2023.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914 – 1989). Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Marica Cecília Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS & PROGRAMA IBERMUSEUS (IBRAM). **Mesa Redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos em el mundo contemporáneo. Mesa-Redonda de Santiago de Chile, 1972**. NASCIMENTO JUNIOR, J. do; TRAMPE, A.; SANTOS, P. A. dos (Orgs.). Brasília: Ministério da Cultura, IBERMUSEUS, 2012a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS & PROGRAMA IBERMUSEUS (IBRAM). **Museum, 1973**. NASCIMENTO JUNIOR, J. do; TRAMPE, A.; SANTOS, P. A. (Orgs.). Brasília: Ministério da Cultura, IBERMUSEUS, 2012b.

JORENTE, M. J. V.; NAKANO, N. Um modelo de inovação bottom up: Museu de Favela (MUF). **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 19, n.2, p. 236–259, Jul./Dez. 2013.

LAZZARI, A.; MAZZARINO, J. M. ; TURATTI, L. . Comunidade: a busca de um conceito. **ESPACIOS (CARACAS)**, v. 38, p. 4, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n03/a17v38n03p04.pdf> . Acesso em: 28 mar.2023.

LEFEBVRE, H. **De l' État 4**. Les contradictions de l' État moderne. Paris: UGE, 1978.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LIMA, G. G. F. Museus, Desenvolvimento e Emancipação: O Paradoxo do Discurso Emancipatório e Desenvolvimentista na (Nova) Museologia. **Museologia e Patrimônio**, v.7, n.2, p. 203-219, 2014. Disponível em|:

<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/330>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MELLADO, L.; BRULON SOARES, B. Introducción. 50 años de la Mesa Redonda de Santiago de Chile: lecturas en clave actual, **ICOFOM Study Series**, 50-1 | 2022, p.16-24.

OLIVEIRA, C. A. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p.34-51, jan./abr. 2015.

PEDROSA, A. S. Os ecomuseus como elementos estruturantes de espaços culturais e dinamizadores de estratégias de turismo local. **Cuadernos de Geografía/ Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 2, p. 203-219, ul.-dic. de 2014.

PÉREZ CASTELLANOS, L. Un modelo analítico holístico para un museo integral. **ICOFOM Study Series**, v. 50(1), p. 107-122, 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANCHES, T. Museu das remoções somos nós - Cotidiano e memórias na (e da) Vila Autódromo. **Periferia**, v. 12, n. 2, p.39-56, maio/ago. 2020.

SANTOS, F. P.; DAVEL, E. Gestão de equipamentos culturais com base na identidade territorial. **Gestão & Conexões = Management and Connections Journal**, Vitória (ES), v.7, n.2, p.07-42, jul./dez. 2018.

SANTOS, M. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. SILVA, Elisiane da; NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach (Orgs.). Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 n. 16, p. 251-261. (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> . Acesso em: dez. 2023.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, p.24-42, 2008.

SCHNEIDER, T. S. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, p.15-30, 2012.

SCHMIDT, J. P. “Raízes do comunitarismo: concepções sobre a comunidade no pensamento ocidental”, in: SCHMIDT, J.P.; HELFER, I.; BORBA, A.P.A. (Orgs.). **Comunidade e comunitarismo: temas em debate**. 1ed.Curitiba: Multideia, 2013. p. 15-54.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

SOUZA, M. J. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p.57-72.

TRIGUEIROS, F. S. **Museu e Educação**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958. 228p.

TUAN, Yu-Fu. **Space and Place**. Minneapolis: University of Minesota Press, 1977.

VAN MENSCH, P. Museology and management: enemies or friends? Current tendencies in theoretical museology and museum management in Europe. In: MIZUSHIMA, E. (red.), **Museum management in the 21st century**. Tokyo: Museum Management Academy, 2004. p.3- 19.

VARINE, H. A mesa-redonda de Santiago do Chile, 1972. In: ARAÚJO, M.M.; BRUNO, M.C.O. (eds.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995. Acesso em: 08 dez. 2023.

VASCONCELLOS, C. M.; SILVA, M. A. Mediação comunitária colaborativa: novas perspectivas para educação em museus. **ETD- Educação Temática Digital**, v.20, n.3, p. 623-639, jul./set. 2018.

VIDEIRA, P. L.; VASCONCELOS, J. G. Experiência museal no distrito de Mazagão Velho- AP: visitação em movimento. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, p. 1-28, jan./dez. 2021.

WACQUANT, L.. O que é Gueto? Construindo um conceito sociológico. **Rev. Sociologia e Política**, v. 23, p.155-164, nov. 2004.

WITKOWSKI, A.; MORIGI, V. J. Território e identidade na região carbonífera do Baixo Jacuí/RS: o acervo documental da mineração do arquivo histórico do Museu Estadual do Carvão. **ParaOnde!?**, v.12, n.1, p.191-210, 2019.

Data de recebimento: 15.05.2024

Data de aceite: 06.06.2024